



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE GRAVATAÍ EM 03.10.2016

Aos 03 dias do mês de outubro de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Gravataí a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada dos Assistentes da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler, Alex Sandro Ramos Vaghetti e Ceci Franzen Matte, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0005225-09.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Coordenador Fábio Fonseca Scherer e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelo Gestor da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da última correição realizada:** 16.09.2015

**Data de Implantação do PJe:** 1º.08.2014

**Jurisdição:** Glorinha, Gravataí

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2015 a 03.10.2016

### 2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

#### 2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juíza Diretora do Foro	Titularidade
<b>Cíntia Edler Bitencourt</b>	1ª Vara do Trabalho de Gravataí

#### 2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Gravataí gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



## 2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária	
1	Fábio Fonseca Scherer	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Coordenador (CJ1)</b>	22.01.2016
2	Alexandre Proença Alves	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC04)</b>	21.03.2013
3	Fabiana Pfeifer Schneider	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	06.08.2013
4	Alcione Ottonelli Pithan	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>1º.09.2016</b>
SEG	Edson Luís Hammes	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>05.08.2013</b>
SEG	Alexandre Schaeffer de Menezes	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>1º.09.2014</b>

Servidores Lotados na Central de Mandados				
Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária	
1	Genuir Possantti	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>12.12.2012</b>
2	Ivacir Boff	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>11.04.2013</b>
3	Tomas Martins Nudelmann	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>28.06.2013</b>
4	Ivan Jordano Barros Vale	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>27.03.2014</b>
5	Maurício Muliterno Thurow	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>10.04.2014</b>
6	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>24.11.2014</b>



(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.08.2016 e atualizado em 13.09.2016 em razão da saída do servidor César Augusto Del Lama de Unamuno e lotação do servidor Alcione Ottonelli Pithan. Nova consulta em 26.09.2016).

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, §2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Alcione Ottonelli Pithan</b> (desde 1º.09.2016)*	-	-	-
<b>Alexandre Proença Alves</b>	-	-	-
<b>Alexandre Schaeffer de Menezes</b> (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	-	-
<b>Edson Luís Hammes</b> (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	-	-
<b>Fabiana Pfeifer Schneider</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>23</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	21	
<b>Fábio Fonseca Scherer</b> (desde 22.01.2016)*	-	-	-

Servidores Lotados na Central de Mandados			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Genuir Possanti</b>	-	-	-
<b>Ivacir Boff</b>	-	-	-
<b>Ivan Jordano Barros Vale</b>	-	-	-
<b>Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes</b>	Curso ou Evento (CURS)	3	<b>183</b>
	Licença-Gestante (LG)	180	
<b>Maurício Muliterno Thurow</b>	-	-	-



<b>Tomas Martins Nudelmann</b>	-	-	-
--------------------------------	---	---	---

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.08.2016 e atualizado em 13.09.2016 para exclusão dos dados do servidor César Augusto Del Lama de Unamuno e consulta referente aos dados do servidor Alcione Ottonelli Pithan. Nova consulta em 26.09.2016).

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se que **não foram publicadas portarias de greve** na Unidade restringindo o horário do expediente externo, suspendendo ou interrompendo a distribuição dos feitos ou a distribuição dos mandados, em decorrência do movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015.

## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Marcelo Antônio Canabarro Valle	08.04.2014	<b>08.10.2015</b>	1 ano e 6 meses	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga – <b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>
2	Marcelo Lucca	20.04.2005	<b>17.01.2016</b>	10 anos, 8 meses e 28 dias	Lotação na Secretaria de Gestão de Pessoas
3	Elisangela Goularte Moraes	14.08.2013	<b>31.05.2016</b>	2 anos, 9 meses e 18 dias	Redistribuição para o TRT da 15ª Região
4	César Augusto Del Lama de Unamuno	1º.06.2016	<b>31.08.2016</b>	3 meses	Lotação na 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre

Servidores Lotados na Central de Mandados					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
-	-	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 26.08.2016 e atualizado em 13.09.2016 em razão da saída do servidor César Augusto Del Lama de Unamuno. Nova consulta em 16.09.2016).



### **3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO**

#### **3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS**

<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
<b>2014</b>	763	R\$ 4.220,30	R\$ 0,00
<b>Média mensal - 2014</b>	63,58	R\$ 351,69	R\$ 0,00
<b>2015</b>	430	R\$ 2.379,02	R\$ 0,00
<b>Média mensal - 2015</b>	35,83	R\$ 198,25	R\$ 0,00
<b>Varição 2014-2015</b>	-43,64%	-43,63%	-
<b>2016 (até 31.07)</b>	299	R\$ 1.653,47	R\$ 0,00
<b>Média mensal – 2016</b>	49,83	R\$ 275,58	R\$ 0,00
<b>Varição 2015-2016</b>	-30,47%	-30,50%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 08.08.2016)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 35,83 certidões negativas por mês em 2015, média 43,64% inferior à verificada no ano anterior. Em regra, as certidões negativas solicitadas são entregues em até 48h do recebimento do requerimento, se não houver disponibilidade imediata do Coordenador. Na maior parte dos casos, são emitidas no mesmo dia da solicitação, em até 20 minutos.

A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos e a guia comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivados na Unidade.

#### **3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS**

##### **3.2.1 Reclamadas**

<b>UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS</b>			
	Unificadas	Não unificadas	Total
<b>Reclamadas</b>	1.114 – 3,78%	28.330 – 96,22%	29.444
<b>Processos com reclamadas</b>	33.288 (Totalmente) – 43,15%	38.494 – 49,90%	77.140
	5.358 (Parcialmente) – 6,95%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 31.08.2016, 17h05min)



Em observância ao disposto no §4º do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 01.08.2014 passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 4.399/2014, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, periodicamente são verificadas as reclamadas que possuem mais de um cadastro e, então, analisados os processos a que elas estão vinculadas, a fim de identificar o endereço ativo e realizar a unificação. Além disso, ao receber o protocolo físico, inclusive o peticionamento eletrônico (impresso e lançado na CCDF), a Unidade observa procurações e atos constitutivos para eventual atualização e unificação de dados. Ainda, são observadas certidões dos Oficiais de Justiça que contenham informação de alteração de endereço. Como o PJe é vinculado à Receita Federal, também é utilizado o sistema para verificação de dados atualizados das reclamadas para a unificação no inFOR.

Esses números apontam evolução irrelevante em relação aos dados colhidos na Inspeção Correcional de 2015, cujo número de reclamadas unificadas era de 983, correspondendo a 3,36%.

No dia da correição, o Coordenador esclareceu que a maioria dos processos físicos se encontram na fase de execução, não havendo demanda das Varas do Trabalho para a sua unificação, que é efetuada apenas de forma periódica e envolvendo as principais reclamadas.

Contudo, o entendimento desta Corregedoria é de que a Unidade deverá empreender esforços para efetuar o cadastro de maior número de reclamadas, conforme disposto no artigo 3º do art. 41 da CPCR, pois o atual índice é de apenas 3,78%, destoando muito das demais Coordenadorias do TRT4.

### 3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
<b>Endereços dos Advogados</b>		7.869 – 57,81%	5.742 – 42,19%	13.611
<b>Processos com Endereços de Advogados</b>	<b>Reclamante</b>	54.303 (Totalmente) – 70,40%	22.697 – 29,42%	77.140
		140 (Parcialmente) – 0,18%		
	<b>Reclamada</b>	54.608 (Totalmente) – 70,79%	18.776 – 24,34%	77.137
		3.753 (Parcialmente) – 4,87%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.09.2016, 12h40min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 57,81% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Gravataí encontravam-se unificados, restando 5.742 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 70,40% dos processos,



enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 70,79%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2015, houve ligeira evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 56,94% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 01.09.2015; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 5.731.

No dia da correição, o Coordenador da CCDF informou que é priorizada a unificação dos advogados mais atuantes e dos que a solicitam.

Na esteira do tópico anterior, é necessário um esforço da unidade para melhorar o índice do cadastro unificado dos endereços de advogados, conforme disposto na CPCR.

### 3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
<b>Órgãos</b>	1.050 – 87,50%	150 – 12,50%	1.200
<b>Processos com Órgãos</b>	13.799 – 97,03%	422 – 2,97%	14.221

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.09.2016, 12h48min)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 01.09.2016, 87,50% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado. Em relação aos processos com órgãos unificados vinculados, 97,03% deles se encontravam unificados. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correccional do ano de 2015, verifica-se que houve a unificação de 1 órgão no período entre as duas correições – aumentando em 0,1% o percentual de cadastros unificados.

### 3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)
<b>Ação Anulatória</b>	2	1	-50,00%	1
<b>Ação Cautelar</b>	11	1	-90,91%	0
<b>Ação Civil Coletiva</b>	0	0	-	0
<b>Ação Civil Pública</b>	1	0	-100,00%	0
<b>Ação de Cobrança de Contribuição Sindical</b>	2	0	-100,00%	0
<b>Ação de cobrança de honorários</b>	0	0	-	0
<b>Ação de consignação</b>	40	0	-100,00%	0
<b>Ação de cumprimento</b>	3	0	-100,00%	0
<b>Ação de indenização</b>	239	1	-99,58%	0
<b>Ação declaratória</b>	2	0	-100,00%	0



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Ação monitoria</b>	3	0	-100,00%	0
<b>Ação possessória</b>	1	0	-100,00%	0
<b>Ação de repetição de indébito</b>	0	0	-	0
<b>Ação de representação sindical</b>	0	0	-	0
<b>Ação rescisória-instrução</b>	0	0	-	0
<b>Carta de Ordem</b>	5	0	-100,00%	0
<b>Carta de sentença</b>	32	11	-65,63%	1
<b>Carta precatória</b>	531	2	-99,62%	0
<b>Carta rogatória</b>	0	0	-	0
<b>DC/RDCV-instrução</b>	0	0	-	0
<b>Embargos de terceiro</b>	26	10	-61,54%	8
<b>Habeas corpus</b>	0	0	-	0
<b>Habeas data</b>	0	0	-	0
<b>Homologação</b>	0	0	-	0
<b>Inquérito</b>	0	0	-	0
<b>Mandado de segurança</b>	0	0	-	0
<b>Outros</b>	3	5	66,67%	0
<b>Protesto</b>	0	0	-	0
<b>Reclamatória-ordinário</b>	2.700	7	-99,74%	14
<b>Reclamatória-sumaríssimo</b>	181	3	-98,34%	3
<b>Restauração de autos</b>	0	0	-	0
<b>TEE Outros</b>	0	0	-	0
<b>TEE ajuste de conduta MPT</b>	0	0	-	0
<b>TEE conciliação da CCP</b>	0	0	-	0
<b>TEE multa DRT</b>	5	0	-100,00%	0
<b>TOTAL</b>	<b>3.787</b>	<b>41</b>	<b>-98,92%</b>	<b>27</b>
<b>MÉDIA POR MÊS</b>	<b>315,58</b>	<b>3,42</b>	<b>-98,92%</b>	<b>2,25</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.09.2016)

No ano de 2015, foram distribuídas 41 novas ações em processos físicos no Foro de Gravataí, registrando-se uma média mensal de 3,42 distribuições. Esse número foi inferior em 3.746 distribuições às ações distribuídas em 2014, constatando-se uma queda de 98,92% na média mensal de distribuições. Em números absolutos, as cartas precatórias e as reclamações trabalhistas do rito ordinário foram objeto das maiores reduções na comparação com os dados de 2014, registrando-se diminuição de 529 e 2.693 distribuições, respectivamente, em 2015.





Essa redução é justificada pela implantação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Foro Trabalhista de Gravataí a partir de 01.08.2014, consoante disciplinado pela Portaria Conjunta nº 4.399/2014, de 01 de agosto de 2014.

A seu turno, nos sete primeiros meses do ano de 2016, foram distribuídas 27 novas ações em processos físicos no Foro de Gravataí, registrando-se uma média mensal de 2,25 distribuições, número que corresponde a uma queda de 34,15% na média mensal de distribuições.

### 3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
<b>2014</b>	63.842	225	283,74
<b>2015</b>	42.232	224	188,54
<b>Variação 2014-2015</b>	-33,85%	-0,44%	-33,55%
<b>2016 (até 31.07)</b>	19.076	130	146,74
<b>Variação 2015-2016</b>	-54,83%	-41,96%	-22,17%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.09.2016)

No ano de 2015, foram protocolizadas 42.232 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 188,54 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 33,55% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Gravataí.

Por sua vez, no período de janeiro a julho de 2016, a média diária de protocolo de petições caiu para 146,74 (queda de 22,17%).

### 3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPC/2015, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Gravataí fica em sala no andar térreo, assim como a Coordenadoria de Distribuição dos Feitos, porém com acesso pelo lado externo do Foro. Os processos arquivados são encaminhados em guias pelas Varas do Trabalho, as quais são conferidas na Coordenadoria quanto ao número de volumes e ao termo de remessa. Estando em conformidade, os lotes são organizados em ordem numérica nas prateleiras, separadas por Vara do Trabalho e por ano de arquivamento.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho. Os processos estão separados em lotes, com informação sobre a Vara a que estão



vinculados. O arquivo estava organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados. No momento da correção, o Coordenador informou que não houve remessa de processos ao arquivo centralizado este ano, mas a unidade ainda possui um bom espaço para absorver esta demanda.

### **3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS**

A partir da análise do livro carga de processos arquivados constante do sistema informatizado inFOR, constatou-se não haver processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes, o que demonstra o procedimento diligente adotado pelo gestor. O Coordenador relatou que as cobranças das cargas dos advogados são efetuadas por telefone, com expedição de mandado de busca e apreensão nos casos de atrasos mais extremos. Acrescentou, ainda, que os pedidos de desarquivamento, em regra, são atendidos em 48 horas; quando se trata de listagem superior a cinco processos, o requerimento é atendido na semana posterior; e os casos de urgência são resolvidos no mesmo dia.

## **4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS**

### **4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS**

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Gravataí está dividida em seis setores, e o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada quatro meses.

### **4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOUÇÃO DOS MANDADOS**

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita uma vez por semana, às segundas-feiras ou no dia útil subsequente, ressaltando que os mandados urgentes a serem cumpridos na mesma semana da expedição são distribuídos imediatamente. Os mandados em regime de plantão são distribuídos tão logo recebidos, para cumprimento imediato.

Os mandados são devolvidos às Varas em até 48h. A cobrança dos mandados em atraso é efetuada verbalmente até 30 dias e por *e-mail*, com acompanhamento direto após 30 dias. Relatou, ainda, que no Foro de Gravataí são expedidas muitas notificações de audiência por Oficial de Justiça, tendo em vista que o cumprimento da medida pelos Correios, por vezes, não é eficaz.



### 4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

#### 4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
<b>2014</b>	3.452	287,67
<b>2015</b>	1.408	117,33
<b>Variação 2014-2015</b>	-59,21%	-59,21%
<b>2016 (até 31.07)</b>	654	93,43
<b>Variação 2015-2016</b>	-53,55%	-20,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.09.2016)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
<b>2014</b>	1.184	98,67
<b>2015</b>	5.663	471,92
<b>Variação 2014-2015</b>	378,29%	378,29%
<b>2016 (até 31.07)</b>	4.259	608,43
<b>Variação 2015-2016</b>	-24,79%	28,93%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.09.2016)

Em 2015, a Central de Mandados de Gravataí recebeu 7.071 mandados, sendo 1.408 de processos físicos e 5.663 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 589,25 mandados recebidos, 52,52% maior do que a média verificada em 2014. Por sua vez, nos primeiros sete meses de 2016 foram recebidos 4.913 mandados, dos quais 654 de processos físicos e 4.259 de processos eletrônicos. A média geral de mandados recebidos por mês alcançou 701,86, 19,11% superior à média de 2015.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 20,37% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2016, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 28,93% no mesmo período.



#### 4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)
<b>Busca e Apreensão</b>	17	15	-11,76%	5
<b>Citação</b>	543	363	-33,15%	255
<b>Condução de Testemunha</b>	37	8	-78,38%	2
<b>Notificação</b>	1.789	332	-81,44%	122
<b>Penhora</b>	831	455	-45,25%	240
<b>Outros</b>	244	207	-15,16%	59
<b>Total</b>	<b>3.461</b>	<b>1.380</b>	<b>-60,13%</b>	<b>683</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.09.2016)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)
<b>Intimação</b>	0	0	-	0
<b>Notificação</b>	855	4.788	460,00%	3.715
<b>Mandado</b>	124	640	416,13%	533
<b>Ofícios</b>	3	142	4633,33%	69
<b>Total</b>	<b>982</b>	<b>5.570</b>	<b>467,21%</b>	<b>4.317</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.09.2016)

Foram cumpridos 6.950 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 1.380 oriundos de processos físicos e 5.570 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve elevação de 2.507 mandados cumpridos em 2015 na comparação com 2014, correspondendo a uma elevação de 56,43%.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos, a penhora foi a espécie mais frequente em 2015 (455), seguida pela citação (363), enquanto em 2016, o tipo de diligência mais comum passou a ser a citação (255), seguida pela penhora (240). Já nos processos eletrônicos, tanto em 2015 como em 2016, as notificações foram as mais frequentes, seguidas pelos mandados de execução.



### 4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)
<b>Busca e Apreensão</b>	13,24	20,53	55,14%	16,80
<b>Citação</b>	9,15	16,51	80,52%	17,86
<b>Condução de Testemunha</b>	25,22	23,63	-6,31%	36,00
<b>Notificação</b>	6,09	13,15	115,81%	14,25
<b>Penhora</b>	14,41	23,17	60,84%	30,67
<b>Outros</b>	6,35	10,64	67,46%	9,68
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>8,83</b>	<b>17,10</b>	<b>93,78%</b>	<b>21,05</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.09.2016)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)
<b>Intimação</b>	-	-	-	-
<b>Notificação</b>	8,01	7,04	-12,13%	8,35
<b>Mandado</b>	9,79	15,39	57,20%	16,39
<b>Ofício</b>	11,33	8,23	-27,42%	9,75
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>8,25</b>	<b>8,03</b>	<b>-2,63%</b>	<b>9,37</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.09.2016)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Gravataí subiu 93,78% em 2015, na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2015, constata-se que, excetuadas as conduções de testemunhas (cujo número total é ínfimo), os mandados de penhora possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores (levando, em média, 23,17 dias), seguidos pelos mandados de busca e apreensão, cuja média foi de 20,53 dias. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nos mandados de tipo “outros” (10,64 dias). Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e julho de 2016 apontam uma nova elevação do prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos – para 21,05 dias, o que corresponde a um avanço de 23,11%.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 8,03 dias em 2015. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (15,39 dias), enquanto as notificações são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (7,04 dias). Por sua vez, as



informações colhidas nos sete primeiros meses de 2016, apontam aumento do tempo médio para cumprimento dos mandados para 9,37 dias, lapso 16,64% superior ao verificado em 2015.

#### 4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2014		2015		2016 (até 31.07)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Busca e Apreensão</b>	12	70,59%	9	60,00%	1	20,00%
<b>Citação</b>	177	32,60%	164	45,18%	101	39,61%
<b>Condução de Testemunha</b>	23	62,16%	6	75,00%	2	100,00%
<b>Notificação</b>	331	18,50%	123	37,05%	50	40,98%
<b>Penhora</b>	374	45,01%	241	52,97%	144	60,00%
<b>Outros</b>	54	22,13%	71	34,30%	19	32,20%
<b>Total Geral</b>	<b>971</b>	<b>28,06%</b>	<b>614</b>	<b>44,49%</b>	<b>317</b>	<b>46,41%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.09.2016)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2014		2015		2016 (até 31.07)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Intimação</b>	0	-	0	-	0	-
<b>Notificação</b>	219	25,61%	1.120	23,39%	1.177	31,68%
<b>Mandado</b>	44	35,48%	340	53,13%	250	46,90%
<b>Ofício</b>	1	33,33%	43	30,28%	25	36,23%
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>26,88%</b>	<b>1.503</b>	<b>26,98%</b>	<b>1.452</b>	<b>33,63%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.09.2016)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT). Na análise das informações no sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

**Em relação aos processos físicos**, constatou-se que foram devolvidos 614 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, valor correspondente a 44,49% de todos os mandados cumpridos, tendo havido aumento em relação aos dados de 2014, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 28,06% do total de mandados cumpridos. A busca e apreensão foi a espécie de mandados com



maior percentual de devolução após o prazo legal em 2015 (60,00%), seguida pela penhora (52,97%). Por sua vez, os dados parciais do ano de 2016 (janeiro a julho) apontam novo aumento do percentual de diligências cumpridas após o prazo legal nos processos físicos (46,41%).

**Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos**, constatou-se que 1503 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, o que equivale a 26,98% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (53,13%). Nos sete primeiros meses de 2016, por sua vez, verifica-se tendência de elevação do percentual de mandados de processos judiciais eletrônicos cumpridos intempestivamente.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela Central de Mandados de Gravataí:

<b>Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)</b>				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0000105-41.2011.5.04.0232	Citação	20.04.2015	13.07.2016 11:45	<b>450</b>
0069000-25.2009.5.04.0232	Penhora	09.02.2015	27.01.2016 10:10	<b>352</b>
0001489-02.2012.5.04.0233	Penhora	24.11.2014	15.09.2015 16:42	<b>295</b>
0000804-64.2013.5.04.0231	Citação	08.06.2015	03.03.2016 12:30	<b>269</b>
0001038-46.2013.5.04.0231	Penhora	10.11.2014	21.07.2015 10:50	<b>253</b>
0000105-41.2011.5.04.0232	Penhora	05.11.2015	12.07.2016 10:00	<b>250</b>
0000672-72.2011.5.04.0232	Citação	28.09.2015	11.05.2016 16:38	<b>226</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.09.2016)

Quanto aos mandados acima, o Coordenador informou que, em sua maioria, foram devolvidos em momento anterior, sem o devido registro no sistema, que foi atualizado posteriormente. Informa, ainda, que após o seu ingresso na unidade passou a controlar tais discrepâncias, para que o sistema permaneça o mais atualizado possível, bem como passou a controlar periodicamente os prazos para cumprimento dos mandados.

<b>Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos – PJe)</b>				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020228-49.2014.5.04.0234	Mandado	30.03.2015	22.02.2016	<b>329</b>
0021504-84.2015.5.04.0233	Mandado	18.12.2015	22.07.2016	<b>217</b>
0021306-53.2015.5.04.0231	Mandado	07.11.2015	02.06.2016	<b>208</b>
0021407-90.2015.5.04.0231	Mandado	30.11.2015	19.06.2016	<b>202</b>



0020614-48.2015.5.04.0233	Mandado	30.11.2015	14.06.2016	<b>197</b>
0021035-44.2015.5.04.0231	Notificação	30.11.2015	14.06.2016	<b>197</b>
0020392-23.2014.5.04.0231	Mandado	24.08.2015	01.02.2016	<b>161</b>
0020649-08.2015.5.04.0233	Notificação	25.01.2016	14.06.2016	<b>141</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.09.2016)

#### 4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Por meio de consulta ao sistema informatizado inFOR, realizada no dia 02.09.2016, foi constatada a existência de 12 mandados pendentes de devolução nos processos físicos cujo limite legal para sua devolução já excedeu.

<b>Mandados em aberto no sistema - PROCESSOS FÍSICOS</b>					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0000753-53.2013.5.04.0231	04.07.2016	Penhora	Ivacir Boff	<b>60</b>
2	0000359-43.2013.5.04.0232	11.07.2016	Citação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	<b>53</b>
3	0000146-31.2013.5.04.0234	11.07.2016	Notificação	Ivacir Boff	<b>53</b>
4	0000453-48.2014.5.04.0234	11.07.2016	Citação	Ivacir Boff	<b>53</b>
5	0001642-72.2011.5.04.0232	20.06.2016	Penhora	Ivacir Boff	<b>74</b>
6	0001110-04.2011.5.04.0231	20.07.2016	Penhora	Tomas Martins Nudelmann	<b>44</b>
7	0000871-89.2014.5.04.0232	25.07.2016	Citação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	<b>39</b>
8	0000871-89.2014.5.04.0232	25.07.2016	Citação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	<b>39</b>
9	0000757-21.2012.5.04.0233	25.07.2016	Penhora	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	<b>39</b>
10	0000757-21.2012.5.04.0233	25.07.2016	Penhora	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	<b>39</b>
11	0189000-54.2009.5.04.0232	25.07.2016	Citação	Ivacir Boff	<b>39</b>
12	0001605-79.2010.5.04.0232	25.07.2016	Busca e Apreensão	Tomas Martins Nudelmann	<b>39</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.09.2016)

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 02.09.2016, apresentava 19 mandados sem registro de cumprimento no prazo.

<b>Mandados em aberto no sistema - PROCESSOS ELETRÔNICOS – PJe-JT</b>					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0020561-04.2014.5.04.0233	03.05.2016	Mandado	Ivacir Boff	<b>122</b>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

2	0020626-28.2016.5.04.0233	23.06.2016	Mandado	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	71
3	0020612-44.2016.5.04.0233	18.07.2016	Mandado	Ivacir Boff	46
4	0020045-53.2015.5.04.0231	28.07.2016	Notificação	Tomas Martins Nudelmann	36
5	0020414-51.2014.5.04.0241	28.07.2016	Mandado	Tomas Martins Nudelmann	36
6	0020839-40.2016.5.04.0231	27.07.2016	Notificação	Tomas Martins Nudelmann	37
7	0020890-42.2016.5.04.0234	27.07.2016	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	37
8	0020890-82.2015.5.04.0232	20.06.2016	Notificação	Tomas Martins Nudelmann	74
9	0020917-31.2016.5.04.0232	27.07.2016	Notificação	Tomas Martins Nudelmann	37
10	0020999-65.2016.5.04.0231	29.07.2016	Notificação	Ivan Jordano Barros Vale	35
11	0021011-79.2016.5.04.0231	27.07.2016	Mandado	Tomas Martins Nudelmann	37
12	0021090-55.2016.5.04.0232	25.07.2016	Notificação	Tomas Martins Nudelmann	39
13	0021090-58.2016.5.04.0231	28.07.2016	Notificação	Tomas Martins Nudelmann	36
14	0021109-55.2016.5.04.0234	26.07.2016	Notificação	Tomas Martins Nudelmann	38
15	0021126-94.2016.5.04.0233	25.07.2016	Notificação	Tomas Martins Nudelmann	39
16	0021161-51.2016.5.04.0234	28.07.2016	Notificação	Tomas Martins Nudelmann	36
17	0021190-10.2016.5.04.0232	26.07.2016	Mandado	Mauricio Muliterno Thurow	38
18	0021344-92.2014.5.04.0007	29.07.2016	Mandado	Tomas Martins Nudelmann	35
19	0021042-96.2016.5.04.0232	28.07.2016	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	36

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.09.2016)

Segundo informação do Coordenador, os mandados com prazo de cumprimento extrapolado decorrem do acúmulo de trabalho na unidade, ante o crescente número de mandados distribuídos aos Oficiais de Justiça. Relata, ainda, estar envidando esforços para o cumprimento das medidas no menor tempo possível.

#### 4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Gravataí.

Genuir Possantti						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Citação</b>	88	88	49	47	31	33
<b>Condução de Testemunha</b>	08	08	02	02	02	02



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Notificação</b>	578	579	47	47	17	18
<b>Penhora</b>	170	170	63	63	38	39
<b>Outros</b>	49	49	25	25	00	00
<b>Total</b>	<b>893</b>	<b>894</b>	<b>186</b>	<b>184</b>	<b>88</b>	<b>92</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.07)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	420	381	1306	1343	232	223
<b>Mandado</b>	32	30	85	84	71	67
<b>Ofício</b>	01	01	23	23	02	02
<b>Total</b>	<b>453</b>	<b>412</b>	<b>1414</b>	<b>1450</b>	<b>305</b>	<b>292</b>

<b>Ivacir Boff</b>						
<b>INFOR</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.07)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	02	01	05	05	02	03
<b>Citação</b>	88	90	99	86	33	45
<b>Condução de Testemunha</b>	07	07	03	03	00	00
<b>Notificação</b>	243	258	75	68	20	26
<b>Penhora</b>	139	144	99	87	43	59
<b>Outros</b>	23	26	49	45	05	09
<b>Total</b>	<b>502</b>	<b>526</b>	<b>330</b>	<b>294</b>	<b>103</b>	<b>142</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.07)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	94	66	794	789	1225	1239
<b>Mandado</b>	33	19	147	142	74	74
<b>Ofício</b>	00	00	31	30	16	17



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>85</b>	<b>972</b>	<b>961</b>	<b>1315</b>	<b>1330</b>
--------------	------------	-----------	------------	------------	-------------	-------------

**Ivan Jordano Barros Vale**

**INFOR**

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	02	02	01	01	00	00
<b>Citação</b>	109	106	49	49	28	31
<b>Condução de Testemunha</b>	07	07	01	01	00	00
<b>Notificação</b>	244	241	60	62	13	14
<b>Penhora</b>	94	91	71	74	43	38
<b>Outros</b>	68	66	27	28	02	02
<b>Total</b>	<b>524</b>	<b>513</b>	<b>209</b>	<b>215</b>	<b>86</b>	<b>85</b>

**PJe-JT**

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	149	135	1094	1020	789	858
<b>Mandado</b>	20	16	117	120	83	75
<b>Ofício</b>	02	02	11	11	10	10
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>153</b>	<b>1222</b>	<b>1151</b>	<b>882</b>	<b>943</b>

**Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes**

**INFOR**

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	01	01	03	03	00	00
<b>Citação</b>	05	02	43	43	64	63
<b>Condução de Testemunha</b>	03	02	01	02	00	00
<b>Notificação</b>	19	10	27	35	19	19
<b>Penhora</b>	19	13	39	41	35	34
<b>Outros</b>	07	07	20	20	26	26



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	54	35	133	144	144	142
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.07)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	55	27	225	227	345	339
<b>Mandado</b>	09	01	47	43	104	104
<b>Ofício</b>	00	00	06	06	11	09
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>28</b>	<b>278</b>	<b>276</b>	<b>460</b>	<b>452</b>

<b>Maurício Muliterno Thurow</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.07)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	01	00	03	01	00
<b>Citação</b>	70	02	66	43	26	63
<b>Condução de Testemunha</b>	03	02	00	02	00	00
<b>Notificação</b>	184	10	65	35	20	19
<b>Penhora</b>	79	13	91	41	33	34
<b>Outros</b>	06	07	26	20	03	26
<b>Total</b>	<b>342</b>	<b>35</b>	<b>248</b>	<b>144</b>	<b>83</b>	<b>142</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.07)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	103	77	665	642	303	350
<b>Mandado</b>	37	29	125	116	94	104
<b>Ofício</b>	00	00	03	03	07	07
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>106</b>	<b>793</b>	<b>761</b>	<b>404</b>	<b>461</b>



<b>Tomas Martins Nudelmann</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.07)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	08	01	06	03	00	00
<b>Citação</b>	101	02	75	43	64	63
<b>Condução de Testemunha</b>	06	02	00	02	00	00
<b>Notificação</b>	264	10	55	35	19	19
<b>Penhora</b>	196	13	101	41	35	34
<b>Outros</b>	65	07	65	20	26	26
<b>Total</b>	<b>640</b>	<b>35</b>	<b>302</b>	<b>144</b>	<b>144</b>	<b>142</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.07)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	182	158	770	754	726	680
<b>Mandado</b>	32	25	128	132	104	98
<b>Ofício</b>	00	00	69	69	26	24
<b>Total</b>	<b>214</b>	<b>183</b>	<b>967</b>	<b>955</b>	<b>856</b>	<b>802</b>

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM**

O prédio apresenta excelentes condições de funcionamento e atende plenamente às necessidades da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro (CCDF) e da Central de Mandados (CM).

A unidade encontra-se organizada e a forma de funcionamento é integrada entre a CCDF e a CM.

No tocante às tarefas de unificação dos dados cadastrais de reclamadas e advogados, é imprescindível maior empenho para a melhoria do cadastro.

Em relação ao cumprimento dos mandados, faz-se necessária a cobrança pontual dos prazos vencidos, ou que exista certidão nos autos justificando a dificuldade de cumprir o prazo, valendo enfatizar que a lotação da Central de Mandados está completa, e a área de atuação restringe-se à Gravataí e Glorinha.



## **6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.2.1 e 3.2.2 (Unificação de dados cadastrais de reclamadas e advogados)**

Determina-se a observância do artigo 41, §§ 3º e 4º, da CPCR, no sentido de intensificar o procedimento de unificação dos dados cadastrais de reclamadas e advogados.

### **ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento à previsão do art. 51, §1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

## **7 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Gravataí no dia 03.10.2016, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às unidades judiciárias desse foro. Compareceu o Presidente da Subseção da OAB local, Dr. Marco Aurélio da Silva Coimbra, com a pauta de reivindicações relacionada às Varas do Trabalho, nada manifestando sobre a Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados.

## **8 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail [assjcor@trt4.jus.br](mailto:assjcor@trt4.jus.br)) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **9 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Coordenador Fábio Fonseca Scherer e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Este relatório é publicado na presente data em virtude dos seguintes compromissos da Desembargadora Corregedora: participação do Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho entre 05 e 07.10.2016, gozo de férias de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

13.10 a 11.11.2016, inspeção correcional realizada no Foro Trabalhista de São Leopoldo em 16 e 17.11.2016, participação no COLEPRECOR em 23 e 24.11.2016, inspeção correcional na Vara do Trabalho de Farroupilha em 30.11.2016, no Foro Trabalhista de Caxias do Sul em 1º.12.2016, participação no 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário promovido pelo CNJ, no TSE em 05 e 06.12 e inspeção correcional no Foro de Santa Maria em 09.12.2016.

**Maria da Graça Ribeiro Centeno**  
**Corregedora Regional**